

Política

Moreira adverte para o risco de desestabilização

AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, disse ontem, no Rio, que não se deve permitir que os grupos interessados na desestabilização político-institucional do País atinjam seu objetivo. O brigadeiro defendeu a preservação da transição democrática e reafirmou sua confiança nos trabalhos da Constituinte.

Em reunião reservada com oficiais superiores da Força Aérea Brasileira, o ministro frisou que o melhor caminho para a FAB é o da profissionalização. Mas, em termos políticos, deixou claro que a Aeronáutica deve contribuir para que o processo democrático não sofra solução de continuidade, "como pretendem alguns grupos que procuram desestabilizar o governo". E observou que a grande maioria da sociedade brasileira "apóia todos os esforços que possam ser feitos para garantir ao País um clima de tranquilidade".

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, recebeu ontem em Brasília um documento no qual 34 parlamentares pedem que não sejam aplicadas a Lei de Segurança Nacional (LSN) aos possíveis indiciados nas agressões contra o presidente José Sarney, no Rio. Mas Brossard logo de-



Moreira Lima

estimulou o grupo: "Sou obrigado a cumprir a lei". Em troca, recebeu uma saravada de argumentos desfavoráveis à LSN. E prometeu estudar o assunto.

O documento foi aberto com as assinaturas dos líderes de bancada, com exceção do PDS (Amaral Neto) e PL (Adolfo de Oliveira). Paulo

Brossard argumentou que a atual LSN não é a mesma de 1969. "Mas ainda é parte do sistema ditatorial", rebateu o líder do PCB, Roberto Freire. E o senador José Fogaça (PMDB-RS), representando o líder do partido, senador Mário Covas, reforçou: "É uma lei que atenta contra a liberdade pessoal e está carregada do estigma do autoritarismo".

"Adotar, neste momento, a Lei de Segurança Nacional e realizar prisões sem mandato judicial", significa a prática de instrumentos autoritários que a nação brasileira e a consciência jurídica, política e cívica em nosso país já há muito repeliram", afirma o texto da carta entregue pelos parlamentares a Brossard.

O presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, advertiu ontem, referindo-se às manifestações ocorridas no Rio que, "se não se puser fim a esta situação, estaremos dando um passo no escuro". O ex-ministro de três governos militares considera que o clima atual do País lembrará as primeiras bombas lançadas em 1967. Para o senador é preciso saber a quem interessa tais procedimentos, para que o governo ponha fim a este estado de coisas com as medidas que dispõe para resguardar sua autoridade e evitar "desdobramentos naturais em outros estados".

Agora, a PF prende um diretor da CUT

RIO AGÊNCIA ESTADO

A Polícia Federal confirmou, no final da tarde de ontem, a prisão do diretor da CUT, Maurício Pencaki, com base na Lei de Segurança Nacional, por participação nas agressões contra o presidente Sarney, quinta-feira, no Rio. Da mesma forma que o ex-assessor de Brizola, Danilo Groff, Pencaki foi indiciado nos artigos 26 e 27 da LSN: "Injúria, calúnia e difamação contra o presidente da República...". Segundo o advogado Aarão da Providência, o advogado pessoal de Pencaki, ele foi denunciado por Paulo Herrera, o mesmo que apontou Groff.

O delegado Giovanni Azevedo disse que Pencaki foi preso perto de sua casa, no bairro do Meier, por volta das 21h30 da terça-feira, informação negada pelo advogado Aarão da Providência. Depois de conversar com Pencaki, na Polícia Federal, contou que o militante da CUT foi enganado: "Ele foi convidado para ter uma reunião com o diretor-geral da PF, Romeu Tuma. Ao chegar aqui, recebeu voz de prisão. Isso é um ato arbitrário, político; estão querendo queimar a CUT". Um grupo de advogados da Central Sindical está analisando que tipo de procedimento legal seguirá para tentar libertar Pencaki.

O sindicalista disse à polícia que participou da manifestação, mas negou ter atirado pedras contra Sarney. Duas outras pessoas estão sob suspeita da Polícia Federal: o presi-

dente do Sindicato dos Urbanitários do Rio, Luís Carlos de Jesus Machado, e um membro da Associação de Funcionários da Funabem, Luís Tadeu.

A mulher de Danilo Groff, Ione, passou todo o dia de ontem tentando avistar-se com o marido, cujo primeiro depoimento estava marcado para as 15 horas. Mesmo depois de ter conseguido falar com o superintendente regional da Polícia Federal, Fábio Calheiros Wanderley, até o final da tarde Ione só conseguiu ver o marido, com quem está casada há 26 anos, e abanar a mão para ele, quando Groff era levado por uma passarela, aparentemente para depor. Ontem, terceiro dia de prisão, ainda faltavam dois dias para a quebra da incomunicabilidade imposta a Groff pela LSN. Mais informações sobre os dois presos só poderiam ser obtidas no Ministério da Justiça, em Brasília, informou o assessor Giovanni Azevedo.

O porta-voz da Polícia Federal chegou a irritar-se quando lhe perguntaram se a PF havia invadido o comitê do PDT da rua Senador Dantas, no centro, na manhã de terça-feira: "Pode colocar aí que eu, Giovanni Azevedo, neguei, categoricamente, qualquer participação da Polícia Federal nesse episódio". Segundo a denúncia, feita pelo ex-secretário de Polícia Civil, Nilo Batista, foram levadas do comitê do PDT bandeiras, panfletos e outros materiais de propaganda por dois homens que se identificaram como agentes da Polícia Federal.

Caudilho, no STF, interpela o presidente

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O ex-governador Leonel Brizola entrou ontem no Supremo Tribunal Federal com um pedido de interposição judicial contra o presidente José Sarney. Na ação, assinada pelo advogado Wilson Mirza, ele quer que o presidente confirme se é verdadeira ou não a declaração atribuída a Sarney pelo deputado Koyu Iha (PMDB-SP). "Isso é coisa do Brizola", teria dito Sarney ao parlamentar, no Palácio do Planalto, logo depois dos incidentes de quinta-feira da semana passada, no Rio de Janeiro.

No documento, Brizola afirma que a oposição que seu partido faz ao governo é "democrática e nos limites da lei". E condena "a omissão e inépcia dos responsáveis pela segurança do chefe de governo, que tornaram possível sua exposição ao vexame e ao risco". Caso o presidente Sarney confirme a frase a ele atribuída, o ex-governador, de acordo com a notificação, pretende processá-lo por crime contra a honra, previsto na Lei de Imprensa.

HABEAS-CORPUS

O pedido de habeas-corpus do bioquímico Danilo Groff chegou ontem ao Superior Tribunal Militar e hoje será julgado pelo ministro de plantão, o civil Paulo Cesar Cataldo. Ele deverá ouvir hoje mesmo as duas autoridades coatoras responsáveis pela abertura do inquérito contra Groff, uma do Ministério da Justiça e outra da Polícia Federal.

Na Câmara, o QG dos brizolistas

RIO AGÊNCIA ESTADO

Saiu da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro o caixão de madeira, coberto de velas, no qual grupos de manifestantes "enterraram" o presidente José Sarney no último dia 26, ao mesmo tempo que ele visitava a Academia Brasileira de Letras (ABL) e o Paço Imperial, na praça XV. As manifestações, que culminaram com as agressões ao presidente, também foram planejadas na Câmara, mais precisamente na Sala do Cerimonial, onde até bem pouco tempo funcionava o Comitê Pró-Diretas, organizado e mantido pelo PDT, ainda que, oficialmente, Brizola não participe dele diretamente.

O governador Moreira Franco já conhece essas informações, passadas a ele por um ex-deputado com ligações históricas no antigo PTB e ainda hoje amigo de Brizola. Segundo a mesma fonte, até os cartazes e faixas levados à manifestação contra Sarney foram feitos dentro da Câmara dos Vereadores, onde a "brizolândia" — espécie de falange do brizolismo no Rio — guarda todo o seu material de propaganda.

Tudo isso acontece sob o olhar complacente do presidente da Câmara, o pedetista Roberto Ribeiro. Ainda segundo essa fonte, foi ele quem teria autorizado a vereador Dilza Terra, ex-secretária de Serviços Sociais do governo Brizola, a instalar na Sala do Cerimonial o Comitê Pró-Diretas, hoje responsabilizado pela autoria intelectual das manifestações contra Sarney. Ela e Danilo Groff, preso na Polícia Federal sob a acusação de ter liderado as agressões ao presidente, usaram as dependências da Câmara para organizar e montar todo o esquema operacional das manifestações na praça XV e na ABL.



Dilza Terra "AUTONOMIA"

Apesar de falar em nome do PT e do PDT, esse grupo age como se tivesse luz própria. Ou seja, Brizola lava as mãos em relação ao que eles fazem; não dá apoio direto, mas também não tenta freá-los, ainda sabendo que seu nome é usado por eles. Foi esse mesmo grupo que organizou a manifestação contra o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, na visita à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na praça da República.

Eles também haviam planejado uma manifestação contra o ex-ministro Dilson Funaro, a qual seria realizada no dia 9 de junho último, em conferência na Associação Brasileira de Imprensa.

As manifestações programadas (com bastante antecedência) para a visita de Sarney ao Rio obedeceram ao seguinte esquema: o grupo sindical e universitário ficou "encarregado" de agir nas proximidades da aca-

demia. Outro grupo, com integrantes de vários partidos políticos e da CUT, recebeu a incumbência de ir para a praça XV.

A ordem era a de o grupo da ABL correr para o paço tão logo Sarney deixasse a academia. Lá, todos os manifestantes deveriam reunir-se numa só manifestação.

Os seguranças da Câmara dos Vereadores parecem não desconhecer que é de lá que partem os cartazes e faixas que ultimamente têm decorado as passeatas organizadas pelo PDT. Mas não se manifestam publicamente sobre o assunto. Não querem perder o emprego nem arrumar confusão. Apesar de Danilo Groff e sua mulher Ione não pertencerem aos quadros funcionais da Câmara, eles lá são vistos quase diariamente, porque são peças importantes no comitê.

AUTODEFESA

O Comitê Pró-Diretas do Rio de Janeiro, que funciona no cerimonial da Câmara dos Vereadores, divulgou nota oficial acusando o governo da Nova República de tentar associar as manifestações da semana passada contra o presidente Sarney a seu trabalho. Isso porque um dos coordenadores do movimento — o assessor de Brizola, Danilo Groff — é até agora o único suspenso preso pela Polícia Federal, acusado de ter liderado a manifestação contra o presidente da República. "Os verdadeiros culpados estavam dentro do ônibus", diz a nota do Comitê Pró-Diretas, para quem o protesto da semana passada, no Rio, mostrou que o povo está pedindo a paciência. O documento pede a libertação de Danilo Groff, que a Lei de Segurança Nacional seja revogada, que a dívida externa não seja paga e que a população apóie a greve geral, em todo o País, marcada para o dia 12 de agosto.